1

Que futuro para um passado esquecido

Bartolomeu de Noronha | Director da Associação Portuguesa das Casas Antigas

www.ap-casas-antigas.pt

O nosso país tem assistido a uma total ausência de políticas de defesa dos imóveis de interesse histórico, razão pela qual existe a Associação Portuguesa das Casas Antigas.

A Associação congrega proprietários privados de casas classificadas ou classificáveis como imóveis de interesse histórico nacional ou local, tentando salvaguardar esse património, que está excluído de qualquer protecção, e à mercê de uma estrutura socioeconómica e politica centrada apenas nas cobranças de IMIs e IMTs e num desenvolvimento urbano absolutamente anacrónico.

Nesse sentido, e dado que Portugal partilha o espaço europeu a Union of European Historic Houses Associations, remeteu como resposta ao pedido do Conselho da Europa, visando a definição de uma nova politica cultural europeia as propostas da Associação, que considera que o futuro do património edificado, está fortemente marcado pela capacidade dos governantes entenderem que essa riqueza é uma parte incontornável da nossa identidade.

Estimamos que existam cerca de 12 000 casas históricas espalhadas pelo País, sendo que, a maioria deste património edificado não está ainda identificado e caracterizado. Nesta perspectiva, estamos a elaborar um inventário complementar aos existentes no IGESPAR e no IHRU desta importante componente do património edificado nacional, incluída num protocolo de colaboração com o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património, do Ministério da Cultura, esta acção tem a finalidade de identificar as principais características patrimoniais do pais e traçar um panorama do seu actual estado.

Esta finalidade, constitui uma atitude cívica de consciência social e solidariedade que deve incluir a importância do trabalho voluntário, com o contributo de indivíduos motivados a defender uma causa estruturante do património histórico nacional.

1 | *Solar de Bertiandos - Ponte de Lima.*

Tal trabalho voluntário deverá, no entanto, obedecer a regras e princípios dos quais destacamos os seguintes:

01
Qualificar e respeitar a actuação do voluntariado pelos poderes públicos;

02
Capacitar associações, organizações e pessoas para a prática do voluntariado numa perspectiva transformadora do actual estado de coisas;

03
Incentivar a prática do "voluntariado transformador" pela criação de linhas orientadoras e um banco de dados em rede;

04
Criar um sistema de monitorização e avaliação com indicadores de desempenho;

05
Exercer o controle social e sugerir a implementação de verdadeiras políticas públicas de ajuda aos privados.

2

3

"

Enquanto os poderes públicos se concentram no imediato, com políticas, por vezes, ineficientes e ineficazes têm sido as Associações a substitui-se ao Estado, fazendo verdadeiros "milagres", para suprir carências com um trabalho muitas das vezes de excelência.

"

2 | *Solar de Bertiandos - Ponte de Lima.*

3 | *Solar de Bertiandos - Ponte de Lima Gravura.*

Enquanto os poderes públicos se concentram no imediato, com políticas, por vezes, ineficientes e ineficazes têm sido as Associações a substitui-se ao Estado, fazendo verdadeiros "milagres", para suprir carências com um trabalho muitas das vezes de excelência.

Entre os vários objectivos que a Associação pretende alcançar, destaca-se a fomentação de estudos sobre bens culturais imóveis e móveis, o apoio a todas as formas os museus particulares, bibliotecas, arquivos e colecções, promovendo com prévia autorização ou a solicitação dos proprietários, a realização dos respectivos inventários e a formação de especialistas nas técnicas de conservação e restauro tradicional e atribuir prémios a trabalhos de recuperação, bem como a estudos históricos e arquitectónicos.

A Associação pretende desenvolver estes objectivos, mediante a implementação de trabalho em rede e voluntariado. A Associação propôs e vai propor novamente ao Ministério da Educação a colaboração da rede de escolas do Ensino Básico (designadamente do 3º ciclo) e do Ensino Secundário (em especial as que leccionem os cursos científico-humanísticos), para a realização deste inventário. Estas participações seriam orientadas pelos professores e em ligação com uma estrutura central composta por representantes da nossa Associação, do IGESPAR e do Ministério da Educação, e visariam identificar as casas que existam em cada território, colaborar na pesquisa da sua história, reconhecer na medida do possível as necessidades de recuperação, e finalmente colaborar com os proprietários e suas famílias na divulgação da sua história.

A Associação iniciou a investigação da existência e as condições de acesso a fundos comparticipados pela União Europeia (QREN), que possam ser usados para financiar este tipo de actividade, de maneira a poder retribuir a contribuição das escolas participantes.

Este associativismo, trabalho em rede e em regime de voluntariado terá de ser dinâmico e consequente, caso contrário, de nada adianta termos doado algumas horas para o voluntariado e simplesmente cessarmos toda e qualquer actividade nos anos vindouros ■